

NOTA - REDUÇÃO DE DESPESAS

Em 28 de fevereiro de 2011

O Poder Executivo, após análise da realização e projeção das receitas e despesas até o final do ano, decidiu reduzir suas despesas primárias, em relação ao volume total de gastos aprovado pelo Congresso Nacional para 2011, em R\$ 50,1 bilhões.

O processo decisório da redução de despesas foi realizado em parceria com os Ministérios e orientado para a preservação dos investimentos prioritários. Essas discussões se deram em quatro fases: reuniões com Ministros, Secretários Executivos, Subsecretários de Planejamento, Orçamento e Administração e áreas técnicas, além dos processos internos realizados por cada órgão.

Os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos principais programas sociais foram integralmente preservados.

REAVALIAÇÃO DE RECEITAS

Estima-se que a receita primária total terá redução líquida de R\$ 19,1 bilhões na arrecadação anual, em relação à previsão contida na Lei Orçamentária Anual (LOA-2011), sendo:

- Redução de R\$ 22,3 bilhões na estimativa das receitas administradas pela Receita Federal (RFB), exceto a Contribuição para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- As estimativas de arrecadação de todos tributos foram reduzidas, com destaque para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), sobre a Renda (IR) e Outras Receitas Administradas pela RFB. Apenas Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS/PASEP) tiveram as previsões aumentadas.
- Houve ainda um acréscimo de R\$ 3,2 bilhões nas estimativas de arrecadação das demais receitas primárias do Governo Central, concentradas nas receitas com Dividendos e Receitas Próprias.

RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

	R\$ milhões		
Discriminação	Lei Orçamentária (a)	Reprogramação (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	750.419,3	731.327,1	-19.092,2
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	642.075,8	619.781,5	-22.294,3
Imposto de Importação	23.130,9	22.722,6	-408,4
IPI	49.241,4	45.353,3	-3.888,2
Imposto sobre a Renda	243.020,4	239.853,7	-3.166,7
IOF	31.950,7	31.428,8	-521,9
COFINS	157.967,7	159.210,4	1.242,7
PIS/PASEP	41.094,7	41.867,6	772,9
CSLL	62.061,3	55.875,6	-6.185,7
CIDE - Combustíveis	8.636,1	8.412,9	-223,3
Outras Administradas pela RFB	24.972,4	15.056,7	-9.915,8
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	108.461,8	111.663,9	3.202,1
Incentivos Fiscais	-118,3	-118,3	
II. TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	165.331,7	164.326,6	-1.005,1
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	585.087,6	567.000,5	-18.087,1

Fontes: Receita Federal do Brasil/Ministério da Fazenda - RFB/MF; SOF/MP; Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda - STN/MF -
Elaboração: SOF/MP

REDUÇÃO DAS DESPESAS

As reduções de despesas se configuram da seguinte forma:

	R\$ milhões
Itens	Variações da Despesa
Despesas Obrigatórias	15.762,5
Créditos Extraordinários	-3.500,0
Despesas Discricionárias	36.201,1
Vetos à LOA 2011	1.623,6
TOTAL GERAL	50.087,2

As estimativas de **despesas obrigatórias** foram reduzidas em R\$ 15,8 bilhões em função de diminuições nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Abono Salarial, Seguro-desemprego, Previdência Social e Subsídios.

Essas reduções têm como fundamento principal esforço administrativo do governo no sentido de racionalizar os gastos públicos com as seguintes medidas:

- Contratação de auditoria externa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais;
- Novo sistema de alerta para auditoria das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que emitirá avisos automáticos;
- Cruzamento do cadastro federal de servidores no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) com o de 13 Estados e com o da Previdência para detecção de indícios de irregularidades, tais como acumulação de cargos e aposentadorias;
- Auditorias Especiais em finalização, com o levantamento em 61 Instituições Federais de Ensino Superior sobre todas as rubricas de pagamento de Pessoal, em especial as gratificações;
- Adiamento da realização de concursos públicos e revisão de novas admissões;
- Combate a desvios no Abono e Seguro Desemprego.

Dois itens de despesa obrigatória tiveram acréscimo nos valores previstos para 2011:

- Os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE) – reprogramação para a continuidade da ferrovia Transnordestina e a implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), entre outros;
- Despesas com transferências à Agência Nacional de Águas (ANA) elevadas em obediência ao Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010.

R\$ milhões			
Discriminação	Lei Orçamentária (a)	Reprogramação (b)	Diferença (c = b - a)
DESPESAS OBRIGATÓRIAS que sofreram variações	506.823,8	491.061,3	(15.762,4)
Pessoal e Encargos Sociais	183.004,1	179.504,1	(3.500,0)
Benefícios Previdenciários	278.404,9	276.405,0	(2.000,0)
Abono e Seguro-Desemprego	30.090,2	27.090,2	(3.000,0)
Subsídios, Subvenções e Proagro	15.264,5	6.342,1	(8.922,3)
Fundos FDA e FDNE		1.500,0	1.500,0
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	60,1	219,9	159,8

Fontes: SOF/MP; STN/MF - Elaboração: SOF/MP.

Foram ainda consideradas as estimativas de despesas com **créditos extraordinários**, no valor de R\$ 3,5 bilhões, não previstos na LOA-2011.

As **despesas discricionárias** do Poder Executivo serão reduzidas em relação à LOA-2011, em R\$ 36,2 bilhões. O quadro a seguir demonstra a redução das despesas discricionárias por órgãos e unidades orçamentárias.

Redução de Despesas Discricionárias - 2011

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	2011		R\$ mil
	LOA	Limite	Redução
	a	b	R\$ mil c=a-b
Advocacia-Geral da União	305.120	264.037	41.083
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.869.568	1.401.416	1.468.152
Cidades	21.120.012	12.542.562	8.577.450
Ciência e Tecnologia	5.760.804	4.807.205	953.599
Comunicações	1.055.119	451.915	603.203
Cultura	1.336.039	806.669	529.370
Defesa	15.275.079	10.891.927	4.383.152
Desenvolvimento Agrário	3.268.382	2.339.008	929.375
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	17.765.060	17.742.209	22.851
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	848.419	643.021	205.398
Educação	28.026.900	24.925.007	3.101.894
Encargos Financeiros da União	1.360.426	672.511	687.915
Esporte	2.374.731	853.222	1.521.508
Fazenda	3.746.404	2.943.152	803.252
Integração Nacional	4.648.518	2.831.609	1.816.908
Justiça	4.760.134	3.233.767	1.526.367
Meio Ambiente	1.078.490	680.335	398.155
Minas e Energia	978.807	741.936	236.871
Pesca e Aquicultura	526.828	215.991	310.837
Planejamento, Orçamento e Gestão	1.268.566	1.081.192	187.374
Presidência da República	3.289.702	2.607.986	681.716
Previdência Social	2.165.953	1.810.667	355.286
Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	141.423	141.423	0
Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60	0
Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	800	800	0
Relações Exteriores	1.213.553	938.220	275.332
Saúde	63.110.595	62.531.892	578.703
Trabalho e Emprego	1.456.274	960.414	495.860
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	128.693	95.343	33.350
Transportes	18.411.636	16.018.190	2.393.446
Turismo	3.655.853	573.415	3.082.438
Vice-Presidência da República	3.633	3.355	277
TOTAL GERAL	211.951.582	175.750.460	36.201.122

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Em contribuição à redução de despesas de custeio será editado, amanhã, Decreto para limitar os gastos nos seguintes aspectos:

- Diárias e passagens: redução de 25% nas áreas de fiscalização e poder de polícia e 50% nas demais;
- Centralização das autorizações de diárias e passagens nos ministros, secretários executivos, secretários nacionais e presidentes de autarquias;
- Suspensão de novas contratações relacionadas a aluguel, aquisição, reforma de imóveis; aluguel de veículos, máquinas e equipamentos.